



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião plenária dos Ministros da Fazenda do G-20 Financeiro**

**São Paulo-SP, 08 de novembro de 2008**

Senhoras e senhores ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais,

Senhoras e senhores membros das delegações,

Quero dar as boas-vindas a todos que comparecem a esta importante reunião que temos a honra de presidir.

A economia mundial atravessa seu momento mais grave em décadas. Medidas tomadas por governos impediram o pior, mas ainda há muito o que fazer. Persistem riscos e incertezas sobre o comportamento da economia, sobre o impacto da crise nos países em desenvolvimento, no comércio e nas finanças internacionais.

Uma coisa é, no entanto, evidente: a desordem que se instaurou nas finanças mundiais nos últimos anos ameaça o funcionamento da economia real. O preço a pagar por essa irresponsabilidade se pode medir de várias formas.

Para nós, o que importa é a ameaça de uma recessão generalizada e, na sua esteira, a perda de milhões e milhões de empregos, o aumento da pobreza e da exclusão. Não podemos permitir que o pânico que se instalou em muitos lugares atinja os setores produtivos. Cabe aos líderes mundiais, com serenidade e responsabilidade não nos deixarmos contaminar pelo medo.

Mas esta é uma crise global, e ela exige soluções globais. Este é o momento de formular propostas para uma mudança substantiva na arquitetura financeira mundial.



A crise nasceu nas economias avançadas. Ela é consequência da crença cega na capacidade de auto-regulação dos mercados e, em grande medida, na falta de controle sobre as atividades de agentes financeiros.

Por muitos anos especuladores tiveram lucros excessivos, investindo o dinheiro que não tinham em negócios mirabolantes. Todos estamos pagando por essa aventura. Esse sistema ruiu como um castelo de cartas e com ele veio abaixo a fé dogmática no princípio da não intervenção do Estado na economia.

Muitos dos que antes abominavam um maior papel do Estado na economia passaram a pedir desesperadamente sua ajuda.

Em meu discurso na abertura da Assembléia Geral da ONU, afirmei que era chegada a hora da política. Me associo, agora, aos que pensam ter chegada a hora da mudança.

Temos de trazer para a esfera pública decisões antes tomadas por supostos “especialistas”, mas que só serviam interesses privados. É amplamente reconhecido que o G-7 sozinho não tem mais condições de conduzir os assuntos econômicos do mundo. A contribuição dos países emergentes é também essencial.

Precisamos de uma nova governança, mais aberta e participativa. O Brasil está pronto a assumir sua responsabilidade. Esta não é a hora de nacionalismos estreitos, de soluções individuais. É hora de um pacto entre governos para a criação de uma nova arquitetura financeira mundial, capaz de promover segurança e desenvolvimento em bases eqüitativas para todos.

Essas reformas devem ser norteadas pelos seguintes princípios:

Representatividade e legitimidade: As instituições financeiras globais devem se adequar à nova realidade econômica. Devem abrir-se à maior participação dos países emergentes e em desenvolvimento;

Ação coletiva: Situações de risco e custos compartilhados exigem respostas coletivas, tanto para a elaboração de soluções, quanto para a implementação de políticas nacionais coordenadas.



Boa governança nos mercados domésticos: A importância do crédito, os crescentes riscos e complexidade dos mercados financeiros, impõem o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, supervisão, governança corporativa e de avaliação de riscos. Nestas atividades, o Estado deve buscar o equilíbrio entre a eficiência dos mercados financeiros, a estabilidade de todos os mercados e a promoção do desenvolvimento econômico.

Responsabilidade: As políticas de cada país não podem transferir riscos e custos a outros países. Cada país deve assumir suas responsabilidades. Nacionalmente, setores cujas políticas expõem a sociedade a riscos desproporcionais devem contribuir, inclusive financeiramente, para a solução das crises e para o retorno à estabilidade.

Transparência: Os agentes financeiros privados devem observar regras internas de governança corporativa e de transparência de informações relevantes ao mercado e à sociedade, em especial aquelas relacionadas a riscos e ativos.

Prevenção: As políticas nacionais e as instituições financeiras internacionais devem incorporar o sentido de prevenção de crises financeiras em suas políticas e mecanismos de supervisão e acompanhamento dos mercados. Nesse contexto, o G-20 tem muito a contribuir. É um foro de diálogo representativo que congrega países ricos e emergentes. A superação da atual crise passará pela cooperação desses dois grupos de nações, ouvindo o conjunto da comunidade mundial.

Afinal, se a riqueza ainda se concentra nos chamados países desenvolvidos, o crescimento econômico está sendo mais robusto nas economias emergentes e em desenvolvimento. O próprio Fundo Monetário Internacional estima que, nos últimos anos, os países emergentes responderam por 75% do crescimento da economia mundial. Essa tendência se manterá em 2009.

Senhoras e senhores,



Nenhum país está a salvo da crise financeira. Todos estão sendo contagiados pelos problemas originados em países avançados. O colapso da confiança nos mercados financeiros dos países desenvolvidos gerou escassez de crédito para o resto do mundo. A crise fez os bancos dos Estados Unidos e da Europa pararem de emprestar.

Para os menos capitalizados, a falta de financiamento externo poderá levar a problemas de balanço de pagamentos. Mesmo para os países mais preparados, como o Brasil, os empréstimos ficaram mais caros. Fundos de investimento estrangeiros estão sacando suas aplicações no mercado acionário dos países emergentes para cobrir os prejuízos que tiveram nos mercados avançados. Essa perda de recursos afeta balanços de pagamentos e dificulta o financiamento das empresas.

Os países desenvolvidos e instituições como o Fundo Monetário Internacional devem adotar medidas para restaurar a liquidez nos mercados internacionais.

Um dos efeitos mais preocupantes da crise ocorre no comércio. Com a já anunciada recessão, os países ricos vão reduzir suas importações, o que afetará a balança comercial dos países pobres. Essa redução na corrente de comércio mundial não interessa a ninguém.

O Brasil acredita que os países devem evitar a tentação de utilizar o protecionismo financeiro e comercial como artifício para superar a crise.

As lições da crise de 1929 devem servir de alerta para todos. Naquela ocasião, medidas unilaterais apenas prolongaram a depressão econômica e alimentaram a desconfiança. Ao contrário, é hora de uma ação coordenada. Mas o exemplo deve partir dos países ricos. É deles que se espera a adoção das principais medidas nesse sentido.

No dia 27 de outubro, reunimos no Brasil Chanceleres, Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul e dos países associados – na prática, toda a América do Sul. Chegamos à conclusão de que



é preciso mais integração, mais comércio, menos distorções e menos protecionismo.

Entendemos que este é o momento para o impulso final das negociações da Rodada Doha. A maior abertura do comércio mundial é um excelente antídoto contra a crise. Uma das melhores medidas contra-cíclicas que poderemos tomar. A conclusão da Rodada deixou de ser uma oportunidade e passou a ser uma necessidade. Já há um bom conjunto de propostas sobre a mesa. Temos de resolver uns poucos problemas. Temos de enfrentá-los com grandeza. Os países desenvolvidos não devem, neste momento, aumentar as exigências sobre os países em desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

Esta crise não colhe o Brasil desprevenido. Nossos fundamentos econômicos são consistentes. Meu governo e a sociedade fizemos sacrifícios e agora começamos a colher os resultados de nosso trabalho.

Em 2007, nosso PIB cresceu 5,4% e esperamos que cresça 5% este ano. Esse crescimento está sendo feito com justiça social. Nos últimos anos, tiramos 9 milhões da miséria e outras 20 milhões se incorporaram aos contingentes da classe média no Brasil. Ampliou-se nosso mercado interno, o que nos protege em muito contra a turbulência internacional. Diversificamos nossos mercados de exportação.

O aprofundamento da integração regional e o aumento do comércio com outros países em desenvolvimento tiveram, e continuarão a ter, papel fundamental. A inflação permanece em níveis baixos. As contas públicas estão em ordem. O Brasil vem mantendo superávit primário em torno de 4% desde 2004 e nossa dívida pública hoje está na casa dos 37% do PIB, e continua a cair.

Desde 2007, o Brasil passou de devedor a credor nominal no mercado internacional. Nossas reservas internacionais somam mais de US\$ 200 bilhões, um aumento de US\$ 143 bilhões desde março de 2006.



Este cenário positivo nos permite navegar pela crise com responsabilidade e confiança. Mas estamos atentos. Não estamos paralisados. O governo não permitirá que nosso crescimento seja comprometido. Manteremos todas as obras de infra-estrutura de nosso Plano de Aceleração do Crescimento.

O Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil estão tomando as medidas necessárias para aumentar o financiamento interno e facilitar o crédito ao comércio exterior. Estamos assegurando que nosso sistema bancário continue a apresentar níveis adequados de liquidez.

Senhoras e senhores,

Esta reunião tem como tarefa iniciar o desenho de uma nova arquitetura financeira mundial. Ela prepara o encontro de Washington, no próximo sábado, no qual procuraremos avançar mais no diagnóstico e na formulação de alternativas globais e de outras reuniões que se seguirão. Para logramos verdadeira soluções precisamos realizar um esforço concertado, vencendo a tentação de tomar medidas unilaterais.

Enfatizo o que disse antes. Precisamos aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos mecanismos decisórios da economia mundial. Devemos revisar o papel dos organismos existentes ou criar novos, de forma a fortalecer a supervisão e a regulação dos mercados financeiros.

É imperioso aumentar a transparência com novos mecanismos universais de revisão de políticas domésticas para os mercados financeiros. Afinal, é a vida de seres humanos que está em jogo!

As crises são também momentos em que a história abre grandes oportunidades para as verdadeiras mudanças. Nelas se evidenciam não só os erros do passado, mas as promessas do futuro.

Bilhões de seres humanos – sobretudo os mais vulneráveis - esperam que estejamos à altura dos desafios que a realidade nos colocou por diante. Não podemos, não devemos e não temos o direito de falhar.



Muito obrigado e bom trabalho para todos vocês.

(\$211A)